



GACC - GRUPO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA COM CANCER

CNPJ nº 01.146.603/0001-69 - Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024

Balancos patrimoniais									
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	2024	2023		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.181	5.789		Empréstimos e financiamentos	9	1.390	1.802	
Valores a receber	5	3.331	1.457		Subvenções	10	6.012	1.380	
Estoques	6	610	503		Fornecedores	11	2.622	1.807	
Adiantamentos		46	70		Obrigações trabalhistas		533	498	
Valores a recuperar	7		8		Obrigações sociais e fiscais		385	338	
Despesas antecipadas		13	5		Férias e encargos sociais a pagar	12	1.210	1.156	
		14.188	7.832		Acordos trabalhistas e sociais	13	-	1	
							12.152	6.982	
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo	7	3.629	3.629		Empréstimos e financiamentos NC	9	1.552	2.941	
Investimento		14	13		Acordos trabalhistas e sociais NC	13	3	3	
Imobilizado	8	<u>25.884</u>	<u>20.031</u>		Subvenções	10	<u>14.258</u>	<u>8.017</u>	
		29.527	23.673				15.813	10.961	
					Patrimônio líquido	14			
					Patrimônio social		13.562	11.301	
					Superávit acumulado		<u>2.188</u>	<u>2.261</u>	
							15.750	13.562	
Total do ativo		43.715	31.505		Total do passivo e patrimônio líquido		43.715	31.505	

Demonstrações do resultado Exercícios findos em									
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
	Nota	2024	2023						
(=) Superávit / déficit líquido do exercício									
Verba Estadual SUS						16.937	12.671		
Receitas - Convênios e Particulares						10.649	9.377		
(-) Glosas com convênios						(547)	(730)		
Subvenções - Secretaria de Saúde Estado de São Paulo						1.534	1.743		
Subvenções - Ministério da Saúde Federal						863	3.200		
Convênios com outras entidades						282	262		
Receita Serviços Prestados	15					29.718	26.523		
Custo Atendimentos									
Atendimentos Hospitalares	16					(31.115)	(26.244)		
Atendimentos Sociais	17.4					(28)	(19)		
(=) Resultado Bruto						(1.425)	260		
Despesas Operacionais									
Despesas Administrativas	21.1					(2.364)	(1.879)		
Central de Doações						(563)	(564)		
Departamento Institucional	21.2					(856)	(3.011)		
Serviços voluntários despesa	19					(162)	(167)		
						(3.945)	(5.621)		
Outras Receitas									
Doações Diversas	18					1.319	1.726		
Eventos, Campanhas, Patrocínios, Projetos e Beneficiados						2.919	2.907		
Central de Doações - receita						3.221	3.171		
Serviços voluntários receita	20					162	167		
Outras Receitas						29	130		
						7.650	8.101		
Receitas Financeiras						424	288		
Despesas Financeiras						(516)	(767)		
(=) Resultado financeiro líquido	23					(92)	(479)		
(=) Superávit líquido do exercício						2.188	2.261		

Demonstrações do resultado abrangente									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
	2024	2023							
(=) Superávit líquido do exercício						2.188	2.261		
Outros resultados abrangentes						-	-		
Total do resultado abrangente						2.188	2.261		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em									
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.203	98	11.301						
Transferência para o patrimônio social	98	(98)	-						
Superávit líquido do exercício	-	2.261	2.261						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.301	2.261	13.562						
Transferência para o patrimônio social	2.261	(2.261)	-						
Superávit líquido do exercício	-	2.188	2.188						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.562	2.188	15.750						

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em									
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
	2024	2023							
(=) Superávit líquido do exercício						2.188	2.261		
Itens que não afetam o caixa operacional									
Depreciação e amortização						1.388	1.233		
Baixa líquida de ativo imobilizado						-	-		
Juros sobre empréstimos						434	668		
						4.010	4.162		
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo									
Valores a receber						(1.874)	764		
Estoques						(107)	97		
Outras contas a receber						17	10		
Fornecedores						815	(231)		
Obrigações trabalhistas						89	182		
Obrigações sociais e fiscais						48	53		
Acordos trabalhistas e sociais						(1)	(3)		
Subvenções						10.873	(2.572)		
Caixa líquido das atividades operacionais						13.870	2.462		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos									
Compra de ativo Imobilizado						(7.242)	(1.602)		
Caixa líquido das atividades de investimentos						(7.242)	(1.602)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos									
Pagamento de empréstimos						(2.236)	(2.529)		
Caixa líquido das atividades de financiamentos						(2.236)	(2.529)		
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa						4.392	(1.670)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício						5.789	7.459		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício						10.181	5.789		
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa						4.392	(1.670)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1.Contexto operacional
O GACC - Grupo de Assistência à Criança com Câncer ("Entidade"), com sede em São José dos Campos/SP, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter assistencial, social e cultural, isenta de qualquer preconceito ou discriminação seja raça, credo religioso, cor ou política, quer em suas atividades e objetivos sociais, quer entre os componentes de seu quadro associativo. Declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 3.415 de 19 de abril de 2000, registrado no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) conforme o processo nº 44006.002938/2001-79 de 17 de outubro de 2003. Pedido de renovação através do Processo 25000.090397/2010-24 de 13 de outubro de 2011, inscrito no CNPJ/MF nº. 01.146.603/0001-69, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 a Entidade obedece ao Princípio da Universalidade do Atendimento.
O Hospital GACC Vale é um complexo clínico-sócio-hospitalar multidisciplinar especializado e planejado para atender especificamente crianças e adolescentes com câncer diagnosticado entre zero e 19 anos, seguindo padrões de excelência e humanização, priorizando mais de 60% dos pacientes atendidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde e buscando alcançar maiores índices de cura.
O Hospital GACC Vale é o único serviço do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira habilitado pelo Ministério da Saúde como Unidade de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON exclusiva de Pediatria Oncológica, sendo conveniado com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e passando a ser referência para o atendimento integral dos pacientes SUS diagnosticados com câncer entre zero e 19 anos dos 39 municípios da região.
A Entidade desenvolve suas ações buscando meios concretos para o tratamento oncológico, promovendo através da integração de equipes multidisciplinares suporte às famílias com demandas de auxílio social, psicológico, psicopedagógico e material, oferecendo os auxílios e apoio necessários para que as famílias tenham acesso aos meios de resolução das questões apresentadas.
Profissionais e voluntários empenham-se na efetivação das exigências resultantes da terapêutica oncológica através das parcerias com a sociedade civil, Entidades e rede pública.
Visão
Garantir a qualidade global do tratamento da criança e do adolescente com câncer, em padrões de excelência.
Missão do GACC
Realizar o atendimento das necessidades desencadeadas pelo diagnóstico oncológico e que estão diretamente relacionados ao foco de atuação, sendo este o tratamento de neoplasias infanto-juvenil independente de sexo, cor, religião ou posição socioeconômica.
Objetivo Geral da Entidade
Aumentar a expectativa de vida de crianças e adolescentes com câncer comprometendo-se a prestar assistência ao paciente e seus familiares em todas as fases do tratamento, bem como capacitar voluntários e profissionais que atuam na área de oncopediatria e nas áreas multidisciplinares. Preservar os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e promover o bom desenvolvimento psico – sócio – educacional de cada indivíduo acometido pela doença, buscando a reinserção do paciente à sociedade sem nenhum tipo de seqüela, tornando-o um adulto produtivo.
A Entidade se destina às seguintes finalidades:
A Entidade (GACC) tem por objetivos produzir e disseminar informações úteis ao diagnóstico e tratamento de crianças e adolescentes com câncer, ser mantenedora de prestação de serviços públicos na área de saúde, priorizar as crianças e adolescentes carentes, de acordo com as finalidades estatutárias, atendendo, assim, as suas carências emergenciais de recursos humanos e materiais, e colaborando com as pessoas e entidades interessadas no desenvolvimento de atividades voltadas ao combate ao câncer infanto-juvenil, organizar e executar, dentro de suas possibilidades assistência material, moral, social, educacional, prestar assistência médica e hospitalar, prevenir, promover e reabilitar a saúde.
O GACC se destina às seguintes finalidades:
• Produzir, agregar e difundir informações sobre o câncer infanto-juvenil inclusive entre as pessoas fora do grupo, utilizando os meios adequados, assim como fomentar estudos e pesquisas;
• Produzir, agregar e difundir informações sobre as questões e temas sobre a realidade da doença para os pacientes, através de programas educativos;
• Apoiar, assessorar e treinar pessoas e/ou organizações voltadas para a prevenção da doença e apoio às famílias nas áreas mais carentes da sociedade;
• Promover, gratuitamente, assistência de saúde a crianças e adolescentes com câncer, através da integração com organizações nacionais que atuam na área de oncologia pediátrica;
• Promover ações de prevenção e reabilitação de crianças e adolescentes com câncer, através de diagnóstico médico e de suplementação de recursos;
• Garantir aos pacientes a manutenção da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas entidades que mantêm;
• Produzir, comercializar e apoiar trabalhos escritos e audiovisuais, seminários, cursos, debates, conferências e congressos sobre o câncer infanto-juvenil, assim como, produtos promocionais.
• Organizar e executar, dentro de suas possibilidades a assistência material, moral, social, educacional, prestar assistência médica e hospitalar, prevenir, promover e reabilitar a saúde.
Fatos relevantes ocorridos no ano de 2024
Em 2024 deu-se continuidade ao Programa de Estágio para médicos residentes em pediatria e de cuidados intensivos em UTI pediátrica do Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos e dos residentes do Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence no Hospital CTFM/GACC e do Hospital Universitário de Taubaté, desenvolvimento das habilidades clínicas dentro da especialidade da oncologia pediátrica, contribuindo para a identificação precoce do câncer em crianças e adolescentes.
Plano de Ação
Visando manter as atividades estatutárias, a Entidade possui o plano de:
• Promover credenciamentos de Seguradoras de Plano de Saúde e Convênios, locais e de outras regiões, para serviços de atendimento hospitalar, cirurgias e UTI;
• Maximizar o parque tecnológico oferecendo estrutura hospitalar e técnica médica para o atendimento a outras patologias compatíveis ao atendimento oncológico pediátrico;
• Criar Plano de Ação junto ao departamento de Captação de Recursos com metas à fidelização dos contribuintes e aumento de contribuição, buscando um percentual de 10% no aumento de receitas nesse setor em relação ao ano anterior.

2. Base de elaboração das demonstrações contábeis
Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.
A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade.
As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 14 de abril de 2025.
Bases de elaboração
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e estão sendo apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.
Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas

que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.
Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, perda esperada para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As principais premissas da Entidade relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:
• **Nota Explicativa nº 5** – Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD); e
• **Nota Explicativa nº 8** – Depreciação do ativo imobilizado.
• **Nota Explicativa nº 14** – Provisão para contingências.
Não houve mudanças significativas nas estimativas no exercício em relação àquelas que vinham sendo aplicadas no exercício anterior.

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas
As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
3.1. Resumo das principais práticas contábeis
A. Apuração do resultado líquido
O superávit e/ou déficit líquido foi apurado em conformidade com o regime de competência.
B. Reconhecimento da receita
As receitas decorrentes dos contratos de subvenção são apropriadas ao resultado em função dos gastos mensais incorridos, conforme determinado no plano de trabalho da Entidade.
Conforme Seção 24 – Subvenção do CPC PME R1, "a receita de subvenção deve ser reconhecida em confronto com as despesas correspondentes" e não conforme o recebimento financeiro das mesmas.
A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
i. Tributos Incidentes sobre as atividades
O Grupo de Assistência à Criança com Câncer é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes:
• **Programa de Integração Social (PIS)** - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento;
• **Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de entidades sem fins lucrativos;
• **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)** - imune, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação;
• **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e
• **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS** de 8% sobre a folha de pagamento.
Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pela autoridade fiscal como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços bem como os rendimentos de aplicações financeiras.
C. Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.
D. Outras receitas e despesas operacionais
Outras receitas e despesas operacionais são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.
E. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até três meses da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais estão atualizados até a data do balanço, e que não excedem o seu valor de mercado ou realização.
F. Valores a receber
As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelos serviços de atendimento hospital no decurso normal das atividades da Entidade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa "PECLD".
G. Classificação circulante versus não circulante
A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:
• Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
• É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
• Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
• A Entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável.
H. Mensuração do valor justo
Classificação
Os ativos financeiros mantidos pela Empresa, quando aplicável, são classificados nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; (v) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e (vi) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados:
• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são

